

**Ata da Reunião Ordinária do CERMA/PR – 18/11/2017**

1  
2  
3 No décimo oitavo dia do mês de novembro de dois mil e dezessete, às 8h30, no Auditório do PDE, Bloco  
4 33, Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Avenida Colombo, 5790, Maringá – PR, foi realizada a  
5 Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná –  
6 CERMA/PR. Fizeram-se presentes, no período da manhã, conforme convocação prévia:  
7 **Governamentais:** Fátima Ikiko Yokohama (SEJU), Lucimar Godoy (SESA), Katyani Ogura da  
8 **Silveira** (Ccivil), Tamara Zázera Rezende (SEDS) e Paulo Henrique Mariano (SETI). **Sociedade Civil:**  
9 **Andressa Gongora Barboza** (ARAS/Cáritas Maringá), César Rosário Fernandes (Conselho Regional  
10 de Psicologia – CRP/PR), Elizete Sant’Ana de Oliveira (Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM), Márcia  
11 **Terezinha Ponce** (Cáritas Arquidiocesana de Londrina) e Edésia de Souza Sato (Pastoral Migratória  
12 Arquidiocese Curitiba). **Colaboradores(as)/Convidados(as):** Wera Naves Cocco (SEDUC – Maringá),  
13 **Sueli de Castro Gomes** (UEM), Evelyn Secco Faquin (UEL), Livia M Bettiol Lanza (UEL), Julia R.  
14 **Rodrigues** (UEL), Mario V. Alves (UEL), Tamara Teixeira (UEL). No período da manhã, das 8h30 às  
15 10h, aconteceram as reuniões das Comissões, que consistiram em análises de protocolos referentes à  
16 temática de cada comissão e deveriam resultar em uma síntese dos assuntos tratados para posterior  
17 deliberação no plenário, realizado no período da manhã, das 10h às 12h, com continuação à tarde, das  
18 14h às 18h30. Fizeram-se presentes, no período da tarde: **Governamentais:** Fátima Ikiko Yokohama  
19 (SEJU), Lucimar Godoy (SESA), Katyani Ogura da Silveira (Ccivil), Tamara Zázera Rezende (SEDS)  
20 e Paulo Henrique Mariano (SETI). **Sociedade Civil:** Andressa Gongora Barboza (ARAS/Cáritas  
21 Maringá), César Rosário Fernandes (Conselho Regional de Psicologia – CRP/PR), Elizete Sant’Ana de  
22 **Oliveira** (Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM), Emerson Cícero de Carvalho (ARAS/Cáritas  
23 Maringá), Márcia Terezinha Ponce (Cáritas Arquidiocesana de Londrina) e Edésia de Souza Sato  
24 (Pastoral Migratória Arquidiocese Curitiba). **Colaboradores(as)/Convidados(as):** Ronelson Furtado  
25 (OAB/Maringá), Cleudenir Vinhoer (AERM), Erick Perez (AERM), Eduardo Yanaga (Polícia Federal),  
26 **Alcides Mencon Albuquerque** (Secretaria de Assistência Social e Cidadania – SASC- Prefeitura  
27 Municipal de Maringá), Roseli A. Trombini, Filipe Nunes, Maria Fernanda Casol (Projeto No More),  
28 **Madache Paul**, Elenci Maria Sebec (Prefeitura de Sarandi), Francksin Joseph, Pierre Toussaint  
29 **Christophe**, Osvaldo Trintim (ARAS/Cáritas), José Prado (Dignitá), Tamara Teixeira (UEL), Mario  
30 **Alves** (UEL), Julia R. Rodrigues (UEL), Evelyn Secco Faquin (UEL), Livia M. Bettiol (UEL), Jesuíno  
31 **Adolfo**, Osires A. Lopes Fernandes (Associação dos Estrangeiros), Ronelson Furtado  
32 (OAB/Maringá), Ligiane Ciola (Jornal O Fato Mandacarú), José Carlos Leonel (Jornal O Fato  
33 Mandacarú), Thaís J. Palomino (Universidade Federal de São Carlos/UFSCar – SP), Sônia R. Versari  
34 (Representante do Ver. Carlos Mariucci – Câmara Municipal de Maringá), Carlos Mariucci (Vereador –  
35 Câmara Municipal de Maringá), Silvana Valin (Secretaria Municipal de Educação /SEDUC), Adilson

5  
6  
7

36 **Alcini** (Paróquia Sta. Maria Goretti), **Josep Rosell**, **Angélica Furquim** (Advogada da Cáritas Paraná),  
37 **Odfete Silva** (SESC) e **Maria Vergui** (SEED). **Ausências justificadas:** **Márcia Leonora Duedeque**  
38 (SEED), **Vladimir Luis de Oliveira** (SESP), **André Godinho** (Coordenador da Política para Migrantes,  
39 Refugiados e Apátridas), **Benedito Isidoro Diniz** (SEEC), **Ingrid Kelly Dias Bozza** (SEEC), **Ozeil Moura**  
40 **dos Santos** (Centro de Integração Social, Cultural Comerciale Turístico – Afro-Brasileiro) e **Clarice Calo**  
41 (Centro de Integração Social, Cultural Comerciale Turístico – Afro-Brasileiro) por conflitos na agenda. **1.**  
42 **Abertura:** Cumprimentando a todos(as) os(as) presentes, a Presidente Katyani abriu esta reunião. O  
43 Conselheiro César sugeriu que a Comissão de Comunicação escreva um texto, por conta do fim dos  
44 trabalhos do ano, contendo informações sobre as ações realizadas pelo CERMA/PR em todo o ano de  
45 2017. O Conselheiro César propôs a formação de um grupo de trabalho (GT) para redigir um relatório  
46 anual das ações do CERMA/PR. A Conselheira Fátima ressaltou a importância de elaborar o referido  
47 relatório, com o fito de cumprir o regimento interno deste Conselho. A Presidente Katyani informou que  
48 elaborará o esboço do relatório supracitado para enviar, posteriormente, a todos os Conselheiros e todas  
49 as Conselheiras, a fim de que façam seus apontamentos quanto ao conteúdo do texto, para então ser  
50 aprovado na reunião ordinária de dezembro. **2. Apresentação da avaliação final do monitoramento do**  
51 **Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos dos Refugiados,**  
52 **Migrantes e Apátridas do Paraná:** O Conselheiro César fez uma explanação acerca do método de  
53 apresentação da avaliação. A Presidente Katyani leu as metas, os indicadores e as análises da Comissão  
54 de Monitoramento de Políticas Públicas e do CAOPJDH/MPPR. No final da leitura de cada ponto, foi  
55 aberta a palavra aos Conselheiros e Conselheiras do CERMA/PR, para fazerem seus apontamentos e  
56 questionamentos em relação às ações realizadas. As Conselheiras e os Conselheiros fizeram diversos  
57 apontamentos – indicados abaixo –, questionamentos e esclarecimentos sobre o monitoramento do  
58 Plano, os quais foram incorporados ao texto do monitoramento. O Conselheiro César solicitou que seja  
59 adicionado à pauta da primeira reunião do ano de 2018 um ponto sobre a composição das Comissões,  
60 considerando que estas estão com seu funcionamento comprometido por diversos fatores. Este Conselho  
61 estabeleceu em plenária os seguintes encaminhamentos: No eixo de Família e Desenvolvimento Social:  
62 1. Sugerir à SEDS fortalecer a implementação do CadÚnico junto à população migrante com estratégias  
63 de busca ativa e garantia do acesso à informação; 2. Solicitar à Coordenação de Proteção Social  
64 Especial/SEDS informações com relação ao cenário junto aos municípios, tanto no que diz respeito aos  
65 recursos quanto aos aceites das cidades; 3. Recomendar que a SEDS e municípios levem em  
66 consideração, quando estabelecerem processos para inclusão de refugiados, migrantes e apátridas nos  
67 programas e serviços socioassistenciais, a relação que estes segmentos podem estabelecer com o Poder  
68 Público, haja vista que, muitas vezes, tais relações podem ser permeadas pelo medo de perseguição ou  
69 deportação, ou por outras relações culturais. No eixo de Educação: 1. Solicitar que a Coordenação de  
70 Direitos Humanos da SEED formate orientações indicando a articulação da temática nos currículos

71 estaduais e municipais; 2. Solicitar a intensificação do diálogo e estabelecer parcerias com as instituições  
72 de ensino superior (IES) para fazer pesquisas sobre o tema; 3. Pedir pela ampliação da divulgação dos  
73 programas que viabilizam ensino de Língua Portuguesa para o segmento de migrantes, refugiados e  
74 apátridas; 4. Solicitar ampliação do acesso às vagas dos cursos do Centro de Línguas Estrangeiras  
75 Modernas (CELEM), bem como organizar outras iniciativas de incentivo à formação com metodologia  
76 direcionada e de qualidade em outras línguas, sobretudo para agentes públicos de diversas secretarias  
77 que lidem com a temática da migração, refúgio e apatridia em seu cotidiano; 5. Solicitar que a SETI  
78 publique uma orientação sobre o processo de revalidação de diplomas nas Instituições de Ensino  
79 Superior - IES do estado, a partir da Resolução nº3 do Conselho Nacional de Educação. No eixo de  
80 Justiça, Trabalho e Direitos Humanos: 1. Solicitar que sejam pensadas estratégias junto às secretarias de  
81 estado para interiorização das atividades do Centro Estadual de Informações para Migrantes, Refugiados  
82 e Apátridas do Paraná - CEIM; 2. Solicitar a especificação da ação planejada pela SEJU em parceria com  
83 a Escola de Educação em Direitos Humanos - ESEDH com relação a quais cursos seriam oferecidos e seus  
84 prazos; 4. Pedir pela especificação de quais foram as parceiras realizadas com Instituições de Ensino  
85 Superior. (Neste sentido, solicitar que SETI também leve a cabo este encaminhamento.) 5. Que o  
86 CERMA/PR solicite a ampliação do quadro funcional do Poder Executivo estadual, via concurso público,  
87 especialmente ampliando e qualificando o quadro de servidores do Departamento de Direitos Humanos  
88 da Secretaria de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos. No eixo da Saúde: 1. Solicitar mais informações  
89 com relação aos encaminhamentos apresentados ao MPPR; 2. Orientar a SESA e municípios para que  
90 promovam iniciativas de busca ativa a partir dos territórios para cadastro de Cartão SUS; 3. Orientar que  
91 a Secretaria de Saúde e a sociedade civil organizada contribuam para a constituição de ações, metas e  
92 indicadores mais elaborados no eixo de Saúde do próximo Plano, à luz das demandas e ações já  
93 desenvolvidas; 4. Solicitar a criação de ações a partir de uma noção mais ampliada da constituição do  
94 processo saúde-doença, suas múltiplas determinações e os aspectos culturais e identitários dos  
95 migrantes; 5. Indicar a necessidade de ampliação dos processos formativos aos técnicos e profissionais  
96 de saúde. No eixo Segurança Pública: Haja vista a não execução das ações do Plano, este Conselho  
97 solicitará à SESP informações pertinentes ao que foi executado por esta Secretaria com relação ao  
98 segmento de migrantes, refugiados e apátridas. O CERMA/PR compreende a necessidade de  
99 aprimoramento do eixo de Segurança Pública para o próximo Plano, primando uma concepção de  
100 Segurança Pública promotora de Cidadania e Direitos Humanos. **3. Aprovação das atas das reuniões**  
101 **de setembro e outubro:** As atas foram aprovadas. **4. Roda de conversa:** A Presidente Katyani solicitou  
102 que todos(as) os(as) presentes se apresentassem. A Presidente Katyani anunciou todas as entidades e  
103 os órgãos presentes nesta reunião descentralizada. A Presidente Katyani chamou para compôr a mesa o  
104 Sr. Vereador Carlos Mariucci, o agente da Polícia Federal Eduardo Yamada, a representante da  
105 Secretaria Municipal de Educação de Maringá, Silvana Valente, a representante da Prefeitura de Sarandi,



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU  
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC  
Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR

13  
14  
15

106 Helena da Silva e, por fim, o Presidente da Associação dos Estrangeiros, Erick Perez. Iniciada a roda de  
107 conversas, diversos presentes se manifestaram, abordando assuntos como educação, trabalho, saúde,  
108 segurança, assistência estudantil, xenofobia entre outros. O Conselheiro César leu um documento  
109 intitulado “Carta de Maringá”, que é uma sistematização dos encaminhamentos expostos pelos  
110 convidados e pela plenária no que tocante ao município de Maringá e aos municípios desta região, cujos  
111 encaminhamentos são os seguintes: Instalação de casa de acolhimento/passagem para migrantes,  
112 refugiados e apátridas, tendo em vista suas vulnerabilidades e necessidades específicas, bem como a  
113 disponibilização de benefícios eventuais de recursos para atendimento de demandas urgentes;  
114 Promoção da política pública de habitação, à luz do direito à cidade e à moradia; Desburocratização e  
115 promoção do acesso à justiça, ante as frequentes violações de direitos, precipuamente na esfera  
116 trabalhista; Promoção do acesso à educação: nos níveis médio e superior, no tocante ao aprimoramento  
117 da política de assistência estudantil visando garantir o bom aproveitamento acadêmico e assim evitar a  
118 evasão; no nível superior, com vistas à promoção do reconhecimento acadêmico, relativamente à  
119 possibilidade de oferta de revalidação de diplomas, especialmente no âmbito da Universidade Estadual  
120 de Maringá (UEM), a ser tramitado de forma mais célere; na educação infantil, principalmente no que  
121 concerne ao cuidado relativo à prevenção da marginalização de crianças migrantes em salas de aula, a  
122 partir, por exemplo, da criação de metodologia bilíngue, e no que diz respeito à instalação de vagas de  
123 creches para crianças migrantes e filhas de migrantes, refugiados e apátridas e; Promover acesso a  
124 cursos profissionalizantes voltados principalmente a jovens e adultos, a serem ofertados especialmente  
125 nos finais de semana, de forma a facilitar sua adesão e evitar evasão; Promoção e oferta de cursos de  
126 língua portuguesa para migrantes, refugiados e apátridas, a serem ofertados especialmente nos finais de  
127 semana, de forma a possibilitar seu acesso pela população migrante, e, no mesmo sentido, a promoção  
128 do aprimoramento de materiais didáticos relativos ao ensino da língua portuguesa; Aprimoramento da  
129 metodologia a ser utilizada no ensino de línguas estrangeiras modernas, especialmente inglês e  
130 espanhol, para os agentes públicos que trabalham diretamente com migrantes, refugiados e apátridas;  
131 Ampliação e fortalecimento das políticas municipais de assistência social, visando a garantia de proteção  
132 social básica e especial, para a emancipação dos sujeitos e a superação de suas condições de  
133 vulnerabilidades; Capacitação dos agentes públicos, em especial nas áreas da saúde e da educação,  
134 paralela à contratação emergencial de agentes qualificados, ante a urgência das demandas  
135 apresentadas; Promoção de política de acesso ao trabalho, especialmente na perspectiva do combate à  
136 precarização do trabalho e das condições análogas ao trabalho escravo, bem como o estabelecimento de  
137 parcerias e Grupos de Trabalhos com o Ministério Público do Trabalho, OAB, sindicatos, autarquias  
138 profissionais e Núcleos de Práticas Jurídicas de IES; Ênfase na articulação com os núcleos regionais,  
139 escritórios e representações locais das secretarias de Estado de forma a possibilitar o monitoramento de  
140 políticas públicas; Criação de um Conselho Municipal dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas

Palácio das Araucárias

Rua Jacy Loureiro de Campos s/n, Térreo – Centro Cívico  
Fone: (41)3221-7243 / 3221-7249 - CEP 80530-915 - Curitiba/PR

16

141 de Maringá, e instalação Centro de Referência para o atendimento dessa população, especialmente no  
142 que concerne às demandas de cunho jurídico, psicológico e de assistência social; Criação de banco de  
143 dados atualizado, que transpore vulnerabilidades e especificidades, articulado de forma  
144 interinstitucional, apto a fomentar e pautar a criação de políticas públicas; Promoção da territorialização  
145 dos serviços das políticas públicas de saúde e assistência social, e também a execução das diretrizes  
146 previstas nas Políticas Nacionais dos Sistemas Únicos de Saúde e Assistência Social (SUS e SUAS);  
147 Incentivo à produção cultural, com vistas à promoção da diversidade e da interculturalidade, bem como  
148 esforços à inclusão de migrantes, refugiados e apátridas em atividades culturais; Promoção da igualdade  
149 racial e tolerância religiosa, com vistas ao enfrentamento ao racismo e à xenofobia, com especial atenção  
150 à violência institucional. Os(as) representantes da Sociedade Civil organizada presentes nesta reunião  
151 ainda reiteraram o compromisso assumido no que diz respeito à promoção dos direitos humanos,  
152 solicitando especial atenção a estas manifestações, na perspectiva da consolidação dos direitos de  
153 migrantes, refugiados e apátridas em Maringá e região. O Conselheiro César pediu que quaisquer  
154 denúncias que queiram ser apresentadas ao CERMA/PR devem ser encaminhadas via e-mail, para que  
155 então sejam tomadas as devidas providências. A Presidente Katyani declarou que o dever legal de  
156 integrar e cuidar dos migrantes, refugiados e apátridas é dos órgãos governamentais de todas as esferas  
157 do poder público e não da sociedade civil organizada, que embora preste um serviço de muita  
158 importância para a sociedade, não deve arcar com toda a responsabilidade, sendo esta atribuída ao  
159 Estado, que deve dispor dos meios e ferramentas necessárias para forjar uma sociedade mais justa, livre  
160 e igualitária. **5. Encerramento:** Sem mais assuntos a serem tratados e agradecendo à presença de  
161 todos, a Presidente Katyani encerrou esta reunião. A presente ata foi lavrada por Giovani Luiz dos  
162 Santos, da Divisão de Apoio aos Conselhos – Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC)  
163 e, após sua leitura e aprovação, será anexada à cópia da lista de presença assinada pelos integrantes  
164 presentes nessa reunião.